

(Des)alinhamento e política externa: disputa eleitoral no Brasil em uma ordem internacional em transformação

Marta Fernández
Mônica Herz

Resumo

O artigo analisa como a política externa se tornou um elemento central da disputa eleitoral brasileira em um contexto de transformação da ordem internacional. A partir das diferentes candidaturas de Lula e Flávio Bolsonaro nas eleições de 2026, as autoras argumentam que distintos projetos de inserção internacional refletem e reconfiguram clivagens domésticas. O texto contrapõe a estratégia de “não alinhamento ativo” do governo Lula – baseada em autonomia, multipolaridade, multilateralismo e diversificação de parcerias – à orientação de alinhamento preferencial aos Estados Unidos associada ao bolsonarismo. O artigo também discute os impactos da crescente securitização do sistema internacional e da América Latina, especialmente diante da militarização das agendas de segurança e das disputas geopolíticas em curso. Conclui que a política externa deixou de ocupar um papel secundário e passou a influenciar diretamente coalizões políticas, percepções eleitorais e disputas sobre os rumos do Brasil na ordem internacional contemporânea.

Abstract

The article analyzes how foreign policy has become a central element in Brazil's electoral dispute amid transformations in the international order. Drawing on the different candidacies of Lula and Flávio Bolsonaro in the 2026 elections, the authors argue that distinct projects of international insertion both reflect and reshape domestic cleavages. The text contrasts Lula's strategy of "active non-alignment" – grounded in autonomy, multipolarity, multilateralism, and the diversification of partnerships – with the pro-United States alignment associated with Bolsonarism. The article also examines the impacts of the growing securitization of the international system and Latin America, particularly in light of the militarization of security agendas and current geopolitical disputes. It concludes that foreign policy is no longer a secondary issue, but has become increasingly influential in shaping political coalitions, electoral perceptions, and debates over Brazil's role in the contemporary international order.

Introdução

A mais recente pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em março de 2026, indica que o senador fluminense Flávio Bolsonaro (PL) se aproxima de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas simulações de primeiro turno e está tecnicamente empatado em um eventual segundo turno das eleições presidenciais. O resultado, situado nos limites da margem de erro, sugere um cenário de elevada incerteza quanto ao desfecho do pleito, ainda mais considerando a distância temporal superior a seis meses até o primeiro turno no dia 04 de outubro. Por outro lado, os dois candidatos que estão na dianteira da corrida eleitoral também concentram os maiores índices de rejeição, na casa dos 45.¹ Diante desse quadro, é possível supor que o resultado eleitoral seja definido por uma par-

1 <https://www.infomoney.com.br/politica/flavio-bolsonaro-teria-43-ante-46-de-lula-no-2o-turno-diz-datafolha/>. Acesso em 03/04/2026.

cela relativamente pequena dos eleitores, possivelmente inferior a 10%, que ainda não possuem alinhamento consolidado. É precisamente esse segmento que tende a se tornar o principal alvo das estratégias de campanha. Nesse sentido, ambos os candidatos deverão buscar movimentos de inflexão em direção ao centro do espectro político, ajustando discursos e prioridades com vistas à ampliação de suas bases de apoio.

É nesse espaço de disputa que a política externa tende a ganhar maior relevância, na medida em que os alinhamentos e desalinhamentos internacionais passam a influenciar as percepções domésticas, reconfigurando apoios e orientando escolhas eleitorais.

Essa dinâmica se manifesta de forma distinta nas estratégias dos principais candidatos. De um lado, a orientação de política externa associada a Lula tem se estruturado em torno de uma lógica de “não alinhamento ativo” (Heine, 2025; Lopes, 2024), que busca preservar margens de manobra diante de um cenário internacional marcado por disputas e instabilidade geopolíticas. Essa postura, além de responder a transformações no sistema internacional, também ressoa no plano doméstico, na medida em que permite ao candidato dialogar com diferentes segmentos e grupos de interesse do eleitorado, sinalizando capacidade de interlocução em múltiplas frentes. De outro lado, a estratégia associada a Flávio Bolsonaro, em relativa continuidade à orientação adotada por seu pai, Jair Bolsonaro (2019-2022), tende a enfatizar um alinhamento mais direto com os Estados Unidos, o que, embora possa consolidar apoios específicos, também pode restringir sua capacidade de transitar por outros espaços e de construir pontes com agendas diversas no plano interno e externo (Herz, 2024)

É, portanto, a partir dessas estratégias em disputa que se torna possível compreender como a política externa deixa de ser um elemento secundário e passa a integrar o cálculo eleitoral dos candidatos. No caso de Lula, em particular, essa inflexão ganha contornos mais nítidos a partir de seu terceiro mandato, quando a busca por autonomia e diversificação de parcerias internacionais passa a desempenhar papel central na projeção do Brasil no mundo.

A política externa de Lula e a disputa pela ordem internacional: entre forças centrífugas e tendências centrípetas

A busca por autonomia na política externa brasileira pode ser compreendida a partir da confluência de diferentes tradições intelectuais e políticas do Sul Global. De um lado, a Escola da Autonomia, desenvolvida sobretudo a partir das contribuições de Helio Jaguaribe e Juan Carlos Puig, parte do reconhecimento de que o sistema internacional é estruturalmente hierarquizado e assimétrico, impondo constrangimentos às possibilidades de ação dos países periféricos e tornando a ampliação das margens de manobra externas um objetivo central de sua inserção internacional (Silva, 2024; Briceño Ruiz; Simonoff, 2016). De outro lado, essa tradição dialoga com o legado político do não-alinhamento, formulado no contexto afro-asiático do pós-Segunda Guerra Mundial, que afirmava o direito dos países recém-independentes de buscar definir suas posições de forma autônoma diante das disputas entre as grandes potências.

O movimento do não-alinhamento foi impulsionado por lideranças como Nehru (Índia), Nasser (Egito), Sukarno (Indonésia) e Tito (Iugoslávia), reunidas na Conferência de Bandung (1955), que constituiu o espaço de gestação política e intelectual do Movimento, institucionalizado em 1961, em sua primeira conferência, em Belgrado. Seus princípios centrais articulavam o respeito à soberania e à integridade territorial, a não intervenção em assuntos internos, a igualdade entre os Estados e a resolução pacífica de controvérsias, combinados à recusa de aderir a alianças militares subordinadas às superpotências no contexto da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, expressavam uma agenda mais ampla voltada à transformação das assimetrias da ordem internacional, com ênfase na cooperação entre países do Sul e na centralidade do desenvolvimento econômico. Desde então, o não-alinhamento se afirmou não apenas como uma estratégia de preservação de autonomia, mas também como um projeto político de construção de uma ordem internacional mais justa e igualitária (Vieira, 2016).

É dentro destas tendências que se insere a formulação contemporânea do “não alinhamento ativo”, conceito desenvolvido por Carlos Fortín, Jorge Heine e Carlos Ominami (2021) no contexto latino-americano do pós-Guerra Fria. Pensado como resposta às transformações do sistema internacional no século XXI, o conceito parte do diagnóstico de que a crescente rivalidade entre grandes potências, particularmente entre Estados Unidos e China, recoloca dilemas estratégicos para países do Sul Global, que não podem simplesmente reproduzir a lógica bipolar da Guerra Fria. Nesse sentido, o não alinhamento ativo propõe evitar alinhamentos automáticos, preservando a capacidade de decisão autônoma e ampliando as margens de manobra por meio da diversificação de parcerias, da atuação em múltiplos fóruns e da definição, caso a caso, de posições internacionais.

Longe de representar uma simples atualização terminológica, essa formulação contemporânea incorpora simultaneamente a leitura estrutural da hierarquia internacional presente no autonomismo latino-americano e a dimensão política e histórica do não-alinhamento enquanto prática de afirmação de autonomia no Sul Global. Ao mesmo tempo, ela não se esgota em uma lógica estritamente instrumental. Como argumenta Marco A. Vieira (2025), a atuação internacional de países do Sul Global não pode ser compreendida apenas como resultado de cálculos racionais, pois permanece informada por dimensões ideacionais associadas a memórias históricas, narrativas de solidariedade e formas compartilhadas de pertencimento. Nesse sentido, o não alinhamento ativo mobiliza não apenas estratégias de maximização de interesses, mas também elementos identitários que remetem ao legado do não alinhamento clássico. Trata-se, portanto, de sustentar uma inserção internacional capaz de preservar a capacidade decisória em um ambiente global marcado por competição, interdependência e disputa por reconhecimento, no qual ideias, identidades e interesses operam de forma mutuamente constitutiva.

É sob esse enquadramento que a política externa do terceiro governo Lula pode ser interpretada como a mobilização de um conjun-

to articulado de estratégias voltadas à ampliação da autonomia. Essas estratégias incluem a defesa da multipolaridade, o fortalecimento do multilateralismo, a diversificação de parcerias econômicas e políticas e o engajamento em uma agenda de reforma – e não de ruptura – da ordem internacional. Em conjunto, tais dimensões convergem para a promoção de uma governança global mais plural e menos concentrada, capaz de ampliar o espaço de atuação de potências médias, como o Brasil, nos campos econômicos-comerciais, políticos e de segurança. Nesse sentido, a estratégia brasileira pode ser compreendida como uma combinação entre “autonomia pela participação” (Fonseca Jr., 1988) e “autonomia pela diversificação” (Vigevani; Cepaluni, 2007), na qual o país busca, simultaneamente, inserir-se nos principais espaços institucionais internacionais e ampliar suas margens de manobra por meio da pluralização de vínculos externos. Como sistematizam Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007), essas estratégias correspondem a distintas formas de inserção internacional: enquanto a autonomia pela participação implica a adesão a regimes e instituições com o objetivo de influenciar suas regras e normas a partir de dentro, a autonomia pela diversificação se apoia na ampliação de parcerias, especialmente no eixo Sul-Sul, como forma de reduzir as assimetrias e aumentar a capacidade negociadora do país.

Mais do que um conjunto de escolhas táticas, trata-se de uma orientação que articula dimensões pragmáticas e ideacionais. Se, por um lado, essas estratégias respondem a transformações na distribuição de poder no sistema internacional, por outro, mobilizam uma visão de ordem global associada à redução de assimetrias, à ampliação da participação e à valorização de agendas historicamente defendidas pelo Sul Global, uma dimensão que não se restringe ao momento atual, mas insere-se em uma trajetória mais ampla da política externa associada à orientação do Partido dos Trabalhadores.

A defesa da multipolaridade constitui um dos eixos centrais da política externa do terceiro governo Lula e pode ser compreendida tanto como estratégia de ampliação de autonomia quanto como expressão de

uma visão de ordem internacional orientada à ampliação da participação do Sul Global nos processos decisórios globais. Convém destacar que a posição brasileira tem buscado evitar a nomeação da ordem internacional contemporânea como uma reedição da lógica bipolar da Guerra Fria. Essa leitura torna-se particularmente evidente no contexto da guerra na Ucrânia, quando a administração de Joe Biden mobiliza uma narrativa de alinhamento entre democracias e exerce pressão para que países como o Brasil se aproximem das posições da OTAN e do chamado “Ocidente coletivo”. Nesse contexto, a diplomacia brasileira tem buscado evitar alinhamentos automáticos, sustentando uma atuação mais autônoma e situada (Fernández; Siman; Rossone, 2024).

Ao mesmo tempo, essa postura também rejeita a imposição de uma ordem centrada na primazia de uma única potência em algumas regiões, como na política externa de Trump, caracterizada pelo uso recorrente de instrumentos de pressão, coerção e medidas unilaterais, incluindo tarifas comerciais. Nesse contexto, tais práticas expressam menos a estabilidade de uma ordem hegemônica do que as tensões de um sistema em transição, marcado pelo avanço da multipolaridade e pela disputa entre forças descentralizadoras e outras que buscam concentrar o poder.

É precisamente nesse ambiente de contestação e incerteza que a multipolaridade é mobilizada não apenas como diagnóstico de uma ordem em transformação, mas também como horizonte normativo orientado à construção de uma governança global mais plural e menos centrada. Trata-se, contudo, de uma multipolaridade qualificada, que ultrapassa a lógica das configurações multipolares clássicas – centradas na competição entre grandes potências, como no século XIX – ao incorporar a ampliação da participação de países diversos nos processos decisórios internacionais e a democratização das instituições que estruturam a ordem global.

Essa orientação se desdobra em diferentes dimensões. No plano político, traduz-se na defesa de maior participação do Sul Global em instâncias decisórias; no plano econômico-comercial, articula-se à diversificação de parcerias e à redução de dependências excessivas; e, no plano

monetário, conecta-se a iniciativas voltadas à diminuição da centralidade do dólar nas transações financeiras internacionais.

No plano político, a multipolaridade está atrelada ao multilateralismo. Como afirmou o presidente Lula em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2025, “o século XXI será cada vez mais multipolar. Para se manter pacífico, não pode deixar de ser multilateral”² Essa formulação sugere que a redistribuição de poder no sistema internacional exige o fortalecimento de mecanismos coletivos de regulação e de decisão. A posição brasileira, assim, se traduz na defesa do multilateralismo e do direito internacional como eixos centrais de sua inserção externa, com ênfase na ampliação da participação do Sul Global em instâncias decisórias e na reforma de instituições como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods. Essa postura dialoga com uma tradição consolidada da política externa brasileira, na qual, como argumenta Maria Regina Soares de Lima (2005), potências médias, mesmo com recursos relativamente limitados, valorizam as arenas multilaterais e a ação coletiva entre países similares como formas de exercer influência e de impactar os resultados internacionais, atuando frequentemente como mediadoras entre grandes e pequenas potências. Essa orientação também se articula com o que Gelson Fonseca Jr. (1988) definiu como “autonomia pela participação”, segundo a qual a inserção ativa em regimes e instituições internacionais não implica perda de soberania, mas constitui um meio de influenciar a formulação de normas e regras, ampliando a capacidade de ação do país no sistema internacional. Essa estratégia se expressa, de forma concreta, na centralidade assumida pelo Brasil na agenda multilateral recente, ao sediar, em sequência, encontros de alto nível como o G20, o BRICS e a COP30, entre 2024 e 2025. Esses eventos foram mobilizados como plataformas de articulação política e de construção de consensos em torno de temas como a redu-

2 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-do-debate-geral-da-80a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas> Acesso em 03/04/2026.

ção das desigualdades, o financiamento do desenvolvimento e a reforma da governança global, reforçando o papel do país como mediador e formulador de agendas no sistema internacional. Nessa perspectiva, o multilateralismo não se limita a um princípio normativo, mas constitui também um instrumento estratégico para a ampliação da autonomia, particularmente relevante em um contexto de crescente unilateralismo.

No âmbito econômico-comercial, tais diretrizes ganharam contornos mais concretos diante de medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos, como a imposição de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros em 2025, o que reforçou a necessidade de diversificação de mercados e de parceiros comerciais. Nesse contexto, o governo lançou o “Plano Brasil Soberano”, que combinou medidas emergenciais de compensação aos setores mais afetados com uma estratégia de diversificação de mercados, buscando reduzir a dependência excessiva tanto de Washington quanto de Pequim e ampliar parcerias comerciais com a União Europeia, países árabes e o Sul Global.³ Essa orientação pode ser compreendida à luz do que Vigevani e Cepaluni (2007) definiram como “autonomia pela diversificação”, na medida em que a ampliação de vínculos com parceiros não tradicionais e a pluralização das relações externas contribuem para reduzir as assimetrias e ampliar a capacidade negociadora do país. Essa dinâmica reflete um contexto em que acordos de longa duração, como o Mercosul–União Europeia, assinado em janeiro de 2026 após mais de duas décadas de negociações, finalmente avançam, indicando que a diversificação ganha centralidade nas estratégias econômicas internacionais e é reforçada pelo contexto de protecionismo e unilateralismo associado ao governo Trump (Fernández; Rodríguez, 2026).

No plano monetário, Lula tem defendido o fortalecimento das moedas nacionais nas transações comerciais entre países, a fim de reduzir gradualmente a centralidade do dólar. Essa pauta tem sido am-

3 <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-lanca-plano-brasil-soberano-para-protoger-exportadores-e-trabalhadores-de-sobretaxas-dos-eua> Acesso em 03/04/2026.

plamente debatida no âmbito dos BRICS e ganhou novo impulso a partir das sanções econômicas impostas à Rússia no contexto da guerra na Ucrânia, que evidenciaram os riscos associados à centralidade do dólar e à sua utilização como instrumento de poder nas relações internacionais. Nesse contexto, iniciativas voltadas ao uso de moedas locais passaram a ser vistas não apenas como mecanismos de facilitação do comércio, mas também como estratégias de redução de vulnerabilidades sistêmicas. Como ressaltado pelo próprio Presidente, o comércio entre países do grupo pode ser realizado em moedas nacionais, sem a necessidade de intermediação pelo dólar, ainda que o processo seja gradual e envolva desafios⁴. Esse movimento tem sido interpretado por autoridades norte-americanas como uma ameaça à centralidade do dólar no sistema financeiro internacional, o que ajuda a explicar reações como as declarações de Trump, que ameaçou impor tarifas de até 100% aos países do BRICS caso avançassem em iniciativas associadas ao chamado processo de “desdolarização”⁵. Essa agenda também se manifesta em episódios recentes envolvendo o sistema de pagamentos Pix, que foi alvo de críticas em relatório do governo dos Estados Unidos. O documento aponta que o modelo brasileiro criaria uma “desvantagem competitiva” para empresas norte-americanas de meios de pagamento, como Visa e Mastercard, ao reduzir a dependência de cartões e de intermediários privados no sistema financeiro. Em resposta, o governo brasileiro tem defendido o Pix como instrumento de política pública e de soberania financeira, reafirmando a legitimidade de sua regulação diante de pressões externas⁶.

4 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/02/20/lula-diz-que-dolar-nao-precisa-ser-moeda-comercializada-entre-paises-do-brics-e-defende-uso-de-moedas-locais.ghtml> Acesso em 03/04/2026.

5 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2025/09/destronar-o-dolar-rei-por-que-o-brics-e-visto-como-ameaca-pelos-eua.shtml> Acesso em 03/04/2026.

6 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/04/02/governo-trump-diz-que-pix-cria-desvantagem-para-gigantes-de-cartao-de-credito.ghtml> Acesso em 03/04/2026.

A posição brasileira de defesa da multipolaridade política, econômico-comercial e monetária se distancia significativamente das orientações associadas ao governo de Trump, marcadas por medidas unilaterais e pela tentativa de preservar, ainda que em um contexto de declínio relativo, a centralidade dos Estados Unidos na ordem internacional. Em janeiro de 2026, essa orientação se materializou no anúncio da retirada do país de dezenas de organizações internacionais – incluindo diversas agências vinculadas às Nações Unidas –, além do aprofundamento de movimentos já observados, como o afastamento de acordos multilaterais, como o Acordo de Paris, e a obstrução do funcionamento da Organização Mundial do Comércio, especialmente por meio do bloqueio de seu sistema de solução de controvérsias. Amparadas na lógica do “America First”, tais iniciativas sinalizam um distanciamento da ordem internacional liberal que os Estados Unidos lideraram no pós-Segunda Guerra Mundial e uma opção destrutiva em relação ao multilateralismo. Trata-se de uma política externa baseada no uso crescente de instrumentos econômicos como ferramentas de pressão, incluindo a imposição de tarifas comerciais e a defesa da centralidade do dólar como eixo estruturante da ordem internacional, frequentemente interpretando iniciativas de países do Sul Global – como as discussões no âmbito dos BRICS – como ameaças à sua posição relativa.

Ao mesmo tempo, a posição brasileira também se distingue de propostas que tendem a estruturar o sistema internacional em torno de uma nova bipolaridade, ancorada na rivalidade sino-americana. Nesse contexto, a estratégia brasileira procura afirmar uma posição que não se define por uma oposição prévia a qualquer potência específica, mas pela recusa de subordinar sua inserção internacional a dinâmicas de (des)alinhamento automático, privilegiando uma atuação mais flexível, situada e orientada caso a caso. Trata-se, assim, de uma estratégia que busca construir margens de autonomia em um contexto de intensificação das disputas político-ideológicas, evitando tanto a adesão quanto as oposições sistemáticas e apostando na formulação de agendas próprias e na atuação em múltiplos espaços de negociação.

Essa lógica de não alinhamento também desempenha papel importante no plano doméstico, pois permite ao governo transitar entre diferentes polos de poder sem se comprometer com posições rígidas, ampliando sua capacidade de interlocução com segmentos distintos do eleitorado. Como sugerido anteriormente, em um cenário eleitoral marcado por elevada fragmentação e incerteza, em que uma parcela relativamente pequena de eleitores pode definir o resultado do pleito, a política externa passa a operar também como instrumento de sinalização interna. Nesse contexto, a estratégia de não-alinhamento ativo permite ao governo evitar associações automáticas – seja com os Estados Unidos, seja com o BRICS, por exemplo –, preservando margens de manobra tanto no plano internacional quanto no doméstico.

Essa orientação pode ser observada em decisões concretas da política externa recente. No âmbito dos BRICS, por exemplo, o Brasil adotou posições cautelosas em relação à ampliação do grupo, evitando iniciativas que pudessem reforçar a leitura do agrupamento como um bloco antiocidental, como no caso da entrada da Venezuela, vetada pelo Brasil na Cúpula de Kazan em 2024. Ao mesmo tempo, embora a China se mantenha como principal parceira comercial do país desde 2009, o governo brasileiro tem evitado um alinhamento mais formal a iniciativas como a Nova Rota da Seda, o que sinaliza preocupação em preservar autonomia estratégica e evitar dependências excessivas. Esse padrão de atuação revela uma estratégia que busca equilibrar relações com diferentes polos de poder, evitando tanto o alinhamento automático quanto a construção de antagonismos rígidos.

Pesquisas recentes indicam que as preferências sobre alinhamentos internacionais no Brasil se distribuem de forma significativa entre a aproximação ao BRICS, aos Estados Unidos e posições favoráveis ao não alinhamento, refletindo clivagens que também se manifestam no comportamento eleitoral.⁷ Nesse contexto, a estratégia de não alinhamento

7 <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/atlas-para-44-brasil-deveria-se-alinhar-mais-ao-brics-para-37-aos-eua/> Acesso em 03/04/2026.

ativo pode ser interpretada não apenas como resposta às transformações do sistema internacional, mas também como forma de navegar por essas clivagens domésticas, evitando custos políticos associados a posicionamentos excessivamente rígidos.

Alinhamento, ideologia e sobrevivência política: aposta no “bandwagoning”

A leitura da política externa brasileira como expressão e extensão de clivagens domésticas torna-se particularmente evidente nas declarações recentes de Flávio Bolsonaro, durante a Conservative Political Action Conference (CPAC), realizada nos Estados Unidos, nas quais criticou a chamada agenda “woke” e as “elites globais”, ao mesmo tempo em que acusou o governo Lula de adotar uma postura antiamericana.⁸ O evento, que reúne lideranças da extrema direita internacional, insere-se em circuitos transnacionais de articulação política em que a política externa aparece fortemente vinculada a identidades ideológicas e a alinhamentos normativos antiglobalistas e críticos ao multilateralismo liberal.

Nesse contexto, a posição defendida por Flávio Bolsonaro pode ser compreendida como a reafirmação de uma estratégia de alinhamento preferencial com os Estados Unidos, em continuidade e até mesmo aprofundamento da política externa adotada durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Esse tipo de comportamento pode ser descrito, na literatura de Relações Internacionais, como *bandwagoning*, isto é, a adesão de um Estado a uma potência dominante com vistas à obtenção de benefícios políticos, estratégicos ou mesmo domésticos (Schweller, 1994; Rinaldi, 2024).

No plano doméstico, essa estratégia parece estar diretamente associada a um contexto de elevada incerteza quanto ao futuro político do

8 <https://www.infomoney.com.br/politica/nos-eua-flavio-diz-ser-bolsonaro-2-o-e-ataca-agenda-woke-e-elites-globais/> Acesso em 03/04/2026.

grupo bolsonarista. A prisão de Jair Bolsonaro e o avanço de investigações envolvendo seus aliados e familiares, incluindo a aceitação, pelo Supremo Tribunal Federal, de denúncia contra Eduardo Bolsonaro por sua atuação junto ao governo dos Estados Unidos com o objetivo de influenciar medidas como a imposição de tarifas sobre exportações brasileiras e sanções a autoridades nacionais ⁹ indicam um cenário no qual a política externa passa a ser mobilizada também como instrumento de pressão e de sobrevivência política. Como argumentam Matias Spektor e Guilherme Fasolin (2018), o *bandwagoning* pode emergir como uma estratégia por meio da qual as lideranças buscam apoio externo para enfrentar desafios internos, sobretudo em contextos de instabilidade ou de perda de sustentação política.

Ao mesmo tempo, observa-se uma dinâmica em que a radicalização discursiva tende a ser mais acentuada em arenas internacionais junto a pares ideologicamente alinhados. Nesse registro, é que se inscrevem as declarações de Flávio Bolsonaro durante a CPAC, nas quais acusou o governo Lula de ser “abertamente antiamericano”, afirmando que o presidente brasileiro teria buscado “minar o dólar como moeda global” e teria alinhado o país à China em larga escala.¹⁰ Na mesma conferência, o senador afirmou que o Brasil poderia se tornar “a solução para os Estados Unidos” na redução da dependência em relação à China no fornecimento de minerais críticos, especialmente terras raras. Essa formulação posiciona o Brasil como provedor de recursos estratégicos em uma disputa entre grandes potências, sugerindo uma inserção internacional voltada à oferta de commodities minerais, em resposta a demandas externas. Nesse sentido, mais do que reduzir assimetrias, essa perspectiva tende a reforçar padrões tradicionais de especialização produtiva, aproximando-se de uma lógica de inserção internacional mar-

9 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-04/moraes-marca-depoimento-de-eduardo-bolsonaro-em-processo-no-stf> Acesso em 03/04/2026.

10 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/03/28/nos-eua-flavio-bolsonaro-prega-valores-conservadores-e-promete-lutar-contra-a-genda-woke.htm> Acesso em 03/04/2026.

cada pela centralidade do extrativismo e pela reprodução de hierarquias na divisão internacional do trabalho.¹¹

Essa radicalidade do discurso no plano externo, contudo, não se reflete no plano doméstico, onde a atuação se mostra relativamente mais contida, o que evidencia a necessidade de equilibrar diferentes audiências e evitar custos políticos junto a setores econômicos e eleitorais sensíveis, como aqueles vinculados às relações com a China. Nesse contexto, a moderação tende a se impor como condição para ampliar a base de apoio, especialmente em cenários de disputa eleitoral competitiva, em que a aproximação ao centro do espectro político se torna necessária para obter votos.

No âmbito doméstico, o bolsonarismo convive com constrangimentos materiais relevantes. A centralidade da China como principal parceira comercial do Brasil desde 2009 impõe limites a estratégias de alinhamento ideológico mais rígidas, sobretudo diante da dependência de setores estratégicos, como o agronegócio exportador para o mercado chinês. A experiência recente da política externa brasileira ilustra esses limites: durante o governo de Jair Bolsonaro, tensões com a China – intensificadas por declarações de autoridades como o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo – geraram custos políticos e econômicos, contribuindo para pressões internas que levaram à sua substituição. Nesse contexto, a permanência do Brasil nos BRICS ao longo desse período refletiu menos um alinhamento normativo com os princípios

11 Essa lógica de reforço da posição do país como fornecedor de commodities em cadeias globais de valor também se expressa no acordo firmado em março de 2026 pelo governo de Goiás, liderado por Ronaldo Caiado (PSD) – também candidato à Presidência – com os Estados Unidos para cooperação na exploração de minerais críticos e terras raras no estado. Chama atenção o fato de se tratar de uma iniciativa conduzida por um ente subnacional, deslocando para o nível estadual uma agenda tradicionalmente associada ao governo federal. Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/03/acordo-entre-goias-e-eua-preve-exclusividade-e-sigilo-no-fornecimento-de-dados-de-minerais-criticos.shtml> Acesso em 04/04/2026.

do agrupamento do que uma escolha pragmática, orientada à preservação de interesses econômicos.

Esse tipo de constrangimento também se manifesta em episódios mais recentes, nos quais a percepção de atuação política, no campo bolsonarista, junto ao governo dos Estados Unidos, por meio de lobby associado à imposição de tarifas sobre produtos brasileiros, repercutiu negativamente em setores exportadores, especialmente no agronegócio, tradicional base de apoio desse campo político. Pesquisas de opinião indicam que, nesse contexto, houve um aumento da popularidade do governo Lula, em meio a uma reorientação discursiva que passou a enfatizar a defesa da soberania nacional diante de pressões externas. O episódio evidencia como disputas em torno da política externa podem produzir efeitos politicamente relevantes no âmbito doméstico.¹²

Nesse sentido, ainda que o discurso político enfatize alinhamentos preferenciais, a prática da política externa brasileira revela a persistência de constrangimentos estruturais que impedem rupturas com parceiros estratégicos como a China, reforçando a necessidade de calibrar posições externas à luz de seus impactos econômicos e políticos internos.

Assim, a forma de inserção internacional não apenas responde a clivagens domésticas, mas também as reconfigura. A estratégia de não-alinhamento ativo adotada pelo governo Lula, ao evitar associações rígidas e privilegiar uma atuação flexível e situada, contribui para despolarizar o debate no âmbito interno e ampliar sua capacidade de interlocução com diferentes segmentos do eleitorado. Em contraste, estratégias de alinhamento mais rígido – como as associadas ao bolsonarismo, marcadas por uma aproximação preferencial aos Estados Unidos – tendem a reforçar clivagens ideológicas, restringindo a formação de coalizões mais amplas e limitando a capacidade de expansão da base de apoio.

12 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/20/quaest-agosto-analise-felipe-nunes.ghtml> Acesso em 03/04/2026. Em

Securitização, intervenção e reconfiguração da ordem regional

A conjuntura internacional recente tem sido marcada pela intensificação do recurso à força e pela crescente violação de normas que historicamente estruturaram a ordem internacional como evidenciam a invasão da Ucrânia pela Rússia, a aceitação do expansionismo territorial israelense, a intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela, a escalada de ataques no Irã e as ameaças recorrentes de ação contra Cuba, o que vem sinalizando uma normalização do uso da força à margem dos mecanismos multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Esse cenário assume contornos particularmente críticos para a América Latina, reposicionada pela estratégia de segurança dos Estados Unidos como espaço prioritário de intervenção, contenção geopolítica e controle de cadeias estratégicas. A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2025¹³ explicita essa reorientação ao rearticular a Doutrina Monroe em sua formulação contemporânea associada ao chamado corolário Trump, com o objetivo de restaurar a primazia dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental e conter a presença de atores extra-regionais, especialmente a da China.

No contexto sul-americano, a intervenção na Venezuela estabelece um precedente perigoso, ao se constituir como um episódio de uso direto e aberto da força militar pelos Estados Unidos. Diferentemente de intervenções anteriores na região, que se davam predominantemente de forma indireta e encoberta, a ação combinou bombardeios e a captura de um chefe de Estado, sem declaração formal de guerra. Sua justificativa foi ancorada na guerra contra o narcotráfico, com base na construção de acusações segundo as quais o regime venezuelano constituiria um “narco-Estado”, supostamente articulado em torno do chamado

13 <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf> Acesso em 03/04/2026.

Cartel de los Soles, frequentemente descrito como vinculado a setores das Forças Armadas. A própria existência e o grau de organização desse suposto cartel são objeto de controvérsia, sendo a categoria mobilizada sobretudo por autoridades norte-americanas e por setores da oposição venezuelana no exílio (Rodrigues, 2025). Antes de refletir uma ameaça empiricamente consolidada, essa formulação opera como uma construção político-discursiva que viabiliza a ampliação das bases de legitimidade para o uso da força extraterritorial. Assim, a operação inaugura um padrão no qual ameaças associadas à segurança doméstica dos Estados Unidos são mobilizadas para legitimar intervenções externas, à margem dos marcos tradicionais do direito internacional.

Esse precedente adquire particular relevância no caso brasileiro. A possibilidade de os Estados Unidos classificarem facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), como organizações terroristas insere-se em uma lógica mais ampla que tem se manifestado na América Latina por meio da crescente equiparação entre crime organizado e terrorismo. Essa orientação foi explicitada logo no início do segundo mandato de Trump, quando, em janeiro de 2025, o presidente assinou uma ordem executiva que estabeleceu o processo de designação de cartéis e organizações criminosas transnacionais como “Organizações Terroristas Estrangeiras”¹⁴. Como desdobramento, grupos como o Tren de Aragua, da Venezuela; Los Choneros, do Equador; o Cartel de Sinaloa, do México; e a Mara Salvatrucha (MS-13), originária de El Salvador, passaram a ser formalmente enquadrados nessa categoria na lista do Departamento de Estado (Rodrigues, 2025). Ao deslocar o tratamento do crime organizado do âmbito da segurança pública para o campo do contraterorismo, essa classificação amplia significativamente os instrumentos jurídicos e operacionais à disposição dos Estados Unidos, incluindo

14 <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/designating-cartels-and-other-organizations-as-foreign-terrorist-organizations-and-specially-designated-global-terrorists/> Acesso em 03/04/2026.

sanções financeiras, restrições ao sistema bancário internacional e a possibilidade de legitimação de ações extraterritoriais

Esse deslocamento, por sua vez, não se limita a uma mera classificação, mas implica também uma transformação profunda no regime jurídico aplicável a esses grupos. Ao serem enquadradas como organizações terroristas, essas entidades deixam de ser tratadas no âmbito do direito penal ordinário e passam a ser objeto de dispositivos excepcionais, vinculados ao contraterrorismo. Como demonstrado na experiência internacional desde o pós-11 de setembro, esse enquadramento permite a ampliação dos poderes estatais, incluindo detenções sem acusação formal, restrições às garantias processuais, confisco de bens e bloqueio de recursos financeiros, à margem dos mecanismos tradicionais de responsabilização (Rodrigues, 2025). Nesse sentido, essa lógica de equiparação entre crime organizado e terrorismo pode ser compreendida como um processo de securitização, no qual determinados fenômenos são construídos como ameaças existenciais que justificam medidas excepcionais (Buzan; Wæver; de Wilde, 1998).

Em contraste com essa lógica de securitização, a política adotada pelo governo Lula tem buscado deslocar o enfrentamento ao crime organizado para um enquadramento baseado na cooperação internacional e no fortalecimento de instrumentos jurídicos e financeiros, reduzindo a centralidade das respostas militarizadas. Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, Lula defendeu que o combate ao crime organizado deve priorizar a repressão à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas, enfatizando a cooperação entre Estados como eixo central de atuação (Rodrigues, 2025). Essa orientação se materializa tanto em iniciativas de cooperação regional, como a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional em Manaus/AM, quanto em ações domésticas voltadas ao desmantelamento das estruturas financeiras das organizações criminosas, que têm privilegiado a responsabilização de operadores econômicos e de redes de financiamento (Rodrigues, 2025). Mais recentemente, a sanção do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, conhecido como Lei Antifacção reforça essa estratégia ao

ampliar os instrumentos institucionais de enfrentamento, sem recorrer à equiparação entre crime e terrorismo¹⁵. Nesse sentido, a atuação do governo brasileiro busca esvaziar as bases que sustentam a narrativa da securitização extrema, ao demonstrar que o enfrentamento ao crime organizado deve ser conduzido por mecanismos jurídicos e cooperativos, sem a necessidade de enquadramentos que abram margem a intervenções externas.

Essa dinâmica securitária encontra respaldo no âmbito doméstico brasileiro, onde a securitização do crime organizado já se manifesta como eixo estruturante de políticas de segurança, com ampla ressonância entre a população. A incorporação de categorias como “terrorismo” ao debate interno, em diálogo com agendas internacionais, não inaugura essa lógica, mas tende a intensificá-la e legitimá-la, acompanhada da defesa de respostas centradas na ampliação do uso da força, na intensificação de operações de garantia da lei e da ordem e na militarização das políticas de segurança pública. Nesse contexto, a adoção de marcos legais voltados ao combate ao crime organizado convive com o aprofundamento de uma lógica securitária que privilegia respostas repressivas e expande os limites do uso da força, incidindo de forma desproporcional sobre populações negras e periféricas.

É no âmbito das disputas políticas no Brasil que se inserem as declarações de Flávio Bolsonaro, que, em seu discurso no CPAC, acusou o governo Lula de proteger organizações criminosas, reforçando a defesa de um alinhamento mais estreito com estratégias de enfrentamento baseadas na equiparação entre crime e terrorismo. Nesse sentido, a disputa em torno do enquadramento do crime organizado no Brasil expressa projetos distintos de inserção internacional e de organização da ordem interna: de um lado, uma abordagem que busca conter a escalada securitária e preservar margens de autonomia; de outro, uma perspectiva

15 <https://www.gov.br/sri/pt-br/presidente-lula-sanciona-marco-legal-do-combate-ao-crime-organizado-antifaccao-no-brasil> Acesso em 03/04/2026.

que se aproxima de agendas de alinhamento e centralização, abrindo espaço para a ampliação de práticas de exceção.

Essa disputa também se projeta no plano regional latino-americano e caribenho, onde se acentuam as dinâmicas de fragmentação. No âmbito da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o governo Lula tem defendido a construção de uma atuação conjunta da região, ancorada na cooperação e num regionalismo pragmático, que descarta alinhamentos rígidos.¹⁶ Em discurso na X Cúpula da CELAC, realizada em março de 2026, na Colômbia, afirmou que “a América Latina e o Caribe não cabem no quintal de ninguém”, destacando que a integração regional constitui condição para enfrentar pressões externas, ampliar a capacidade de resposta aos desafios comuns como segurança e gestão de minerais críticos – a partir de estratégias que enfatizam o controle soberano das cadeias produtivas e a agregação de valor, em contraste com abordagens centradas na simples exportação de matérias-primas e na inserção subordinada em cadeias globais.¹⁷

No entanto, tais esforços de concertação esbarram em dificuldades na construção de consensos regionais, evidenciadas pela incapacidade de produzir posições comuns diante de episódios recentes de intervenção, como o da Venezuela. A ascensão de governos com agendas securitárias, em convergência com as estratégias de política externa dos Estados Unidos – em países como El Salvador, Equador, Argentina e Chile– contribui para a fragmentação da região e para a coexistência de projetos distintos de inserção internacional. No caso de El Salvador, por exemplo, o governo de Nayib Bukele instituiu um regime de exceção que suspende garantias constitucionais, amplia detenções sem devido processo legal e legitima o uso extensivo da força, frequentemente

16 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/01/7342465-lula-defende-pragmatismo-latino-americano-em-forum-no-panama.html> Acesso em 04/04/2026.

17 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2026/03/x-celac-em-discurso-aos-lideres-da-regiao-lula-defende-uma-identidade-latino-americana-e-caribenha-propria-no-cenario-internacional> Acesso em 03/04/2026.

acompanhado de denúncias de violações sistemáticas de direitos humanos (Wolf, 2023), tornando-se uma referência para a extrema direita em toda a região. Nesse contexto, a América Latina configura-se como um espaço atravessado por orientações em disputa, no qual propostas de autonomia regional e coordenação flexível coexistem com dinâmicas de alinhamento externo, especialmente em torno das agendas de segurança e política externa dos Estados Unidos, refletindo, em escala regional, as tensões observadas nos planos global e doméstico.

Diante desse cenário de crescente instabilidade internacional, emerge um desafio adicional para a política externa brasileira. Como destacado na literatura, uma das características históricas da inserção internacional do Brasil tem sido a relativa baixa centralidade das capacidades militares, em um contexto marcado pela percepção de um entorno geopolítico menos conflituoso e pela priorização de agendas de desenvolvimento (Herz, Pinheiro, Silva, no prelo). Essa orientação articula-se com uma concepção de autonomia desvinculada da centralidade do poder militar, privilegiando, em seu lugar, formas de poder entendidas como capacidade de abrir possibilidades, construir agendas e moldar interações por meio de instrumentos normativos e da cooperação (Herz, Pinheiro, Silva, no prelo). Nesse sentido, a ênfase do governo de Lula na destinação de recursos à redução das desigualdades – incluindo agendas como o combate à fome e à pobreza, a justiça tributária e o enfrentamento das doenças socialmente determinadas – tanto no plano doméstico quanto no internacional reafirma essa tradição.

No entanto, esse discurso começa a apresentar inflexões. Diante da intensificação das tensões geopolíticas e da ampliação do recurso à força no sistema internacional, declarações recentes de autoridades brasileiras passam a indicar uma crescente preocupação com temas de defesa e de preparação estratégica. Em entrevista recente, o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Celso Amorim, chamou a atenção para o caráter mais instável e perigoso do cenário internacional contemporâneo, sugerindo a necessidade de maior atenção às capacida-

des de defesa.¹⁸ Esse deslocamento, ainda que incipiente, revela um possível tensionamento entre a tradição de uma política externa orientada ao desenvolvimento e à cooperação e as pressões de um ambiente internacional mais instável e violento. Nesse contexto, o risco que se coloca não é apenas o de adaptação a novas condições sistêmicas, mas também o de erosão da coerência entre os fundamentos normativos da política externa brasileira e as respostas adotadas em um cenário marcado pela crescente centralidade da segurança.

Por outro lado, a aposta em estratégias de alinhamento externo automáticas também implica riscos significativos. No caso do campo bolsonarista, a aproximação com os Estados Unidos ancora-se na expectativa de convergência política e ideológica, mas ocorre em um cenário de elevada volatilidade. A própria posição relativa dos Estados Unidos no sistema internacional – evidenciada pelas dificuldades de coordenação com aliados europeus, que resistiram a se engajar na reabertura do Estreito de Ormuz –, somada ao crescimento da oposição interna ao governo Trump, intensificada pela condução da guerra no Irã¹⁹, bem como às disputas políticas domésticas em torno de temas como migração, introduz um grau adicional de incerteza quanto à previsibilidade desse alinhamento, sobretudo considerando a proximidade entre os calendários eleitorais, com eleições presidenciais no Brasil em outubro e eleições legislativas nos Estados Unidos em novembro, cujo resultado pode ser desfavorável ao governo Trump e comprometer sua capacidade de sustentação política.

Considerações Finais

Em um cenário de empate técnico entre as principais candidaturas e de elevada incerteza eleitoral, torna-se mais evidente que a política

18 <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/entrevistas-br/mundo-em-carne-viva/> Acesso em 03/04/2026.

19 <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/60-desaprovam-acao-militar-dos-eua-contra-ira-aponta-pesquisa-da-cbs-news/> Acesso em 03/04/2026.

externa pode desempenhar um papel relevante no resultado do pleito. Longe de se limitar a clivagens domésticas, ela contribui para reorganizá-las, ao estruturar preferências políticas e redefinir alianças em torno de diferentes projetos de inserção internacional. Por um lado, o não-alinhamento ativo tende a ampliar as margens de interlocução, despolarizar o debate e politizar a inserção internacional do país, ao romper com alinhamentos naturalizados e ampliar as margens de escolha estratégica. Já as estratégias de alinhamento mais rígido reforçam clivagens e reduzem a capacidade de formar coalizões mais amplas. Ao mesmo tempo, a crescente centralidade da segurança no sistema internacional introduz pressões adicionais, colocando em risco tanto a coerência de uma política externa orientada ao desenvolvimento quanto a estabilidade de apostas baseadas em alinhamentos externos flexíveis. Em um ambiente marcado pela intensificação da securitização, pelo maior peso da lógica geopolítica, pela crise profunda das instituições multilaterais e pela instabilidade da ordem internacional, o desafio para o Brasil reside em sustentar autonomia e capacidade de coordenação, sem comprometer seus horizontes estratégicos de longo prazo nem restringir direitos e garantias em nome da segurança.

Bibliografia

BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro. La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 48, n. 185, p. 39–72, 2016.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

FERNÁNDEZ, Marta; SIMAN GOMES, Máira; ROSSONE, Francine. The Production of Liminal Spaces in the Liberal International Order: An Analysis from the Perspective of Brazil's Non-Alignment Towards the War in Ukraine. **Polish Political Science Yearbook**, v. 53, n. 4, 2024.

FERNÁNDEZ, Marta; RODRIGUEZ, Maria Elena. BRICS and the Global South: Anticipating the Steps of the Global North. **E-International Relations**, 20 fev. 2026.

Disponível em: <https://www.e-ir.info/2026/02/20/brics-and-the-global-south-anticipating-the-steps-of-the-global-north/> Acesso em: 03 abr. 2026.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FORTIN, Carlos; HEINE, Jorge; OMINAMI, Carlos. (Ed.) **El no alineamiento activo y América Latina: una doctrina para el nuevo siglo**. Santiago: Catalonia, 2021.

HEINE, Jorge. Brazil, the BRICS and active non-alignment. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 40–57, jan./mar. 2025.

HERZ, Monica. Brasil sob Bolsonaro. Política externa da direita radical. In: SUMMA, Giancarlo; HERZ, Monica (org.). **Multilateralismo na mira: a direita radical no Brasil e na América Latina**. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. PUC-Rio; Hucitec, 2024, p. 159–175.

HERZ, Monica; PINHEIRO, Letícia; SILVA, Juliana. Economic and social inclusion as a condition of power in Brazilian foreign policy. In: JARAMILLO, Grace; MILLET, Paz (org.). **Latin American Foreign Policies in the XXI Century: Comparative Perspectives**. Cham: Palgrave Macmillan, no prelo.

LIMA, Maria Regina Soares de. O Brasil e os polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24–41, 2005.

LOPES, Dawisson Belém. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. **CEBRI-Revista**, ano 3, n. 9, p. 80–102, jan./mar. 2024.

RINALDI, Augusto Leal. Do soft balancing ao bandwagoning: as relações contemporâneas entre Brasil e Estados Unidos na América do Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 13, n. 26, p. 99–126, jul./dez. 2024.

RODRIGUES, Thiago. Lula na ONU: crime organizado não é terrorismo. **The Conversation**, 22 set. 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/lula-na-onu-crime-organizado-nao-e-terrorismo-266090>. Acesso em: 03 abr. 2026.

SCHWELLER, Randall L. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. **International Security**, v. 19, n. 1, p. 72–107, 1994.

SPEKTOR, Matias; FASOLIN, Guilherme. Brazil and the United States: Will President Bolsonaro Bandwagon? **E-International Relations**, 15 Nov. 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/11/15/brazil-and-the-united-states-will-president-bolsonaro-bandwagon/> Acesso em 03/04/2026.

SILVA, Carolina Albuquerque. A Escola da Autonomia como contribuição latino-americana ao campo de estudos da integração regional: fundamentos teóricos, con-

ceitos e categorias. **Revista Monções, Dourados**, v. 13, n. 25, p. 403–431, 2024. DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.15600.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273–335, 2007.

VIEIRA, Marco. Understanding Resilience in International Relations: The Non-Aligned Movement and Ontological Security. **International Studies Review**, v. 18, n. 2, 2016.

VIEIRA, Marco. An ontological security interpretation of Global South middle powers' non-alignment in the Ukrainian war. **Global Policy**, 2025. Publicado em: 25 set. 2025.

WOLF, Sonja. El Salvador's State of Exception: A Piece in Nayib Bukele's Political Project. **LASA Forum**, v. 54, n. 4, p. 34–41, 2023.

Marta Fernández · Professora Associada do IRI/PUC-Rio. Diretora do BRICS Policy Center/PUC-Rio. Bolsista de produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Editora da série “Global Political Sociology” da Palgrave. Foi presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (2021-2023) e diretora do IRI/PUC-Rio (2016-2020). Suas principais áreas de interesse são: Governança Global, Estudos Decoloniais, Perspectivas críticas de desenvolvimento.

Mônica Herz é presidente do Instituto Latino-Americano para o Multilateralismo-I-LAM e colaboradora dos Programas de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro até 2026. Possui doutorado pela London School of Economics and Political Science e é autora de diversos livros, além de vários artigos e capítulos sobre segurança latino-americana, governança global e regional e política externa brasileira. Seu currículo está disponível em https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?jsessionid=CC8361663E-D40343F2C246C2DA909CEC.buscatextual_o